

Prioridade de difícil execução

O combate às mazelas sociais é, declaradamente, uma das prioridades do presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas as promessas do governo de investimentos na área nem sempre se transformam em realidade ou chegam perto do necessário. Semana passada, por exemplo, o governo teve que negociar a retirada de ressalvas às suas contas de 1996 que apontavam, exatamente, corte de verbas na área social.

A Comissão de Orçamento do Congresso aprovou as contas e as ressalvas do relator e senador Jefferson Peres (PSDB-AM) ficaram apenas em relatório de efeito simbólico, e não jurídico, já que o governo temia o uso das denúncias na campanha presidencial de 1998.

“Houve redução real da aplicação de recursos federais em saúde e saneamento, em educação e cultura”, denunciou o relator. No primeiro caso, o decréscimo superou 10%, e no setor de educação e cultura a queda foi de mais de 8,5%. Na área habitacional, o governo só executou 14% do seu orçamento.

Até o Programa Comunidade Solidária – apresentado na posse de Fernando Henrique, em janeiro de 1995, como a fórmula de combater as mazelas sociais – foi parcialmente reprovado pelo Tribunal de Contas da União. No relatório divulgado em abril, o TCU afirmou que o programa resultou na redução de investimentos em projetos sociais de 13,28%, de 1994 para 1995, e de 25,67%, de 1995 para o ano passado. O tribunal esclareceu que, ao dar prioridade à estabilização da economia, “em 1995, a política social não foi prioridade” do governo.

Outro programa ambicioso do governo, o de pôr todas as crianças na escola até 1998, já teve sua viabilidade questionada pelo próprio presidente. Em maio, ao comentar dificuldades do governo com os seus objetivos, ele detalhou problemas enfrentados em Pernambuco para combater o trabalho infantil: “Tira a criança do trabalho e não tem escola. Dá bolsa e o dinheiro não chegou.”